

Relatório da Quarta Edição
**“Diálogos Governo - Sociedade Civil:
Brasil Sem Miséria”**

19 de setembro de 2013



“A construção de uma agenda conjunta com os movimentos sociais é essencial para a superação das metas do Plano Brasil Sem Miséria. O processo de participação social em torno do Plano iniciou-se antes mesmo de seu lançamento e vem sendo realizado sistematicamente através de reuniões bilaterais com movimentos específicos, da presença em Conselhos e Conferências Nacionais e em momentos de destaque na agenda nacional. Destacam-se os “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria” que reúnem, num mesmo encontro, representantes de múltiplos segmentos da sociedade. A forte escuta, o debate permanente e a troca de opiniões é o que tem nos ajudado a avançar no ambicioso desafio de superar a extrema pobreza em nosso país”.

Ministra Tereza Campello, na abertura da Quarta Edição dos “Diálogos”



A quarta edição dos “Diálogos Governo - Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria” proporcionou o aprofundamento do debate entre os movimentos sociais e o Governo Federal sobre a implementação e os resultados do Plano Brasil Sem Miséria.

O encontro foi realizado em Brasília, no Salão Leste do Palácio do Planalto, no dia 19 de setembro de 2013, e envolveu cerca de 200 pessoas. Participaram do evento organizações não governamentais, conselhos, comissões, confederações e fóruns nacionais, representantes dos mais diversos segmentos do campo e da cidade e das diferentes religiões, incluindo: povos indígenas; quilombolas; povos de terreiro; extrativistas; ribeirinhos; ciganos; população em situação de rua; catadores de materiais recicláveis; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; trabalhadores; empresários; crianças; jovens; mulheres; negros; idosos; pessoas com deficiência; dentre outros.

Os demais participantes eram autoridades e representantes do Governo Federal, tanto da administração direta quanto indireta. Estavam presentes a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello; o Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (SG); a Ministra Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Luiza Bairros; a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Macaé Maria Evaristo dos Santos; o Secretário Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Muller; e o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes de Guedes, além de outros representantes dos ministérios e entidades participantes do Brasil sem Miséria.

Realizados todos os anos desde o começo do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, os “Diálogos” tiveram edições semestrais em 2013, atendendo à demanda dos movimentos por uma interlocução mais frequente, que possibilitasse o acompanhamento e conferisse mais transparência às ações, acentuando o processo de troca e o acolhimento de sugestões e críticas.

Dentre os temas debatidos na quarta edição do evento estavam os resultados do Plano Brasil Sem Miséria por tipo de público atendido, os novos componentes inseridos nas políticas do Plano e as perspectivas da estratégia brasileira de superação da pobreza.

As discussões envolveram iniciativas referentes aos três eixos de atuação do Brasil Sem Miséria: garantia de renda, inclusão produtiva urbana e rural e acesso a serviços. Essas iniciativas, voltadas a públicos diversos em situação de pobreza, estão principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento no campo e nas cidades, geração de trabalho, emprego e renda, e habitação.



A articulação federativa e a intersetorialidade das políticas públicas de combate à pobreza também foram tema de discussão, bem como a constatação renovada de que a participação social é fundamental nesse processo.

Na abertura da quarta edição, a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, saudaram os participantes. A seguir, a Ministra apresentou o balanço do Brasil Sem Miséria e anunciou as recentes medidas para a superação da extrema pobreza no país (ver Anexo I – Apresentação do Balanço do Brasil Sem Miséria). Na continuação, o debate foi aberto e os participantes se manifestaram, abordando questões gerais e de interesse das organizações que representam. Ao longo do evento, Ministros e demais autoridades responderam a questionamentos.

O evento foi encerrado com considerações finais dos Ministros.

A seguir, um registro sintético das falas:

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Representante: Germano Rigotto

Afirmou que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social está acompanhando o trabalho do Plano Brasil Sem Miséria. Ressaltou que os resultados foram alcançados devido à participação das entidades da sociedade civil. Frisou a importância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/ Brasil Sem Miséria (Pronatec Brasil Sem Miséria), com 637 mil matrículas até a data do evento, e meta de 1 milhão de matriculados em 2014. Segundo Rigotto, o investimento em educação e qualificação profissional pode ser o maior legado, a fim de garantir um país com mais justiça social, desenvolvimento sustentável e menos desigualdades.

Temas: parceria governo e sociedade civil; investimento em educação e qualificação profissional; Pronatec Brasil Sem Miséria.

Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)

Representante: Anderson Lopes Miranda

Ressaltou que a população em situação de rua está saindo da invisibilidade e que os movimentos sociais devem ajudar o governo a fazer a Busca Ativa. Como exemplo, relatou que o Movimento da População de Rua de São Paulo, juntamente com os gestores municipais e secretários de assistência social, mobilizaram e inseriram 500 pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Destacou os resultados do Pronatec Pop Rua na capital paulista. Lembrou que pessoas idosas e com deficiência também foram inscritas no CadÚnico por meio da Busca Ativa. Pediu proteção aos pertences dos moradores de rua, pois há relatos de extravio de cartões do Bolsa Família, deixando-os sem acesso ao bene-



fício. Salientou que houve melhora no acesso da mulher de rua às políticas sociais e aos serviços de Assistência Social.

Temas: população em situação de rua; Busca Ativa; Cadastro Único; Pronatec Brasil Sem Miséria; qualificação profissional; inserção no mercado de trabalho.

Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

Representante: Carlos Rogério de Carvalho Nunes

Destacou a importância do Pronatec Brasil Sem Miséria na qualificação profissional dos trabalhadores com pouca escolaridade, pois o Programa tem uma boa repercussão do ponto de vista da empregabilidade e constrói uma classe trabalhadora bem preparada e melhor remunerada.

Temas: qualificação profissional; Pronatec Brasil Sem Miséria; empregabilidade; geração de renda.

Cáritas Brasileira

Representante: Jaime Conrado de Oliveira

Questionou de que forma o governo trabalha para dar perspectivas de renda, educação e trabalho à população que saiu da situação de extrema pobreza e entrou na pobreza. Lembrou que o semiárido está vivenciando uma estiagem prolongada e mencionou a iniciativa do governo de implantar cisternas nessa região, principalmente as de placa, com resultados satisfatórios.

Temas: políticas públicas para quem saiu da miséria; cisternas; semiárido.

Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI)

Representante: Luzia Torres Gerosa Laffite

Informou que a Rede Nacional da Primeira Infância tem um importante instrumento para ajudar na Busca Ativa: os guias dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI), que estão sendo implementados em vários municípios. Informou que a Rede é composta por 140 organizações, com foco em políticas voltadas ao atendimento ampliado e de qualidade a crianças de 0 a 6 anos. Salientou que é preciso incentivar o trabalho e o compromisso dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente na Busca Ativa e na proteção das crianças de 0 a 6 anos.

Temas: primeira infância; Busca Ativa; Plano Municipal pela Primeira Infância.



Pastorais Sociais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Representante: Padre Nelito Dornelas

Destacou que o diálogo com a sociedade civil é o que traz sucesso ao Plano Brasil sem Miséria. Ressaltou que a população cigana não foi mencionada nos Diálogos e indagou como está o trabalho de Busca Ativa para este grupo. Questionou como a população carcerária pode ser inserida no Plano.

Temas: participação da população cigana e da população carcerária no Brasil Sem Miséria.

Conselho Nacional do Direito da Mulher

Representante: Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos

Parabenizou o Governo Federal e alertou que há uma empresa prometendo cursos profissionalizantes para crianças de 12 anos em João Pessoa, na Paraíba.

Temas: cursos profissionalizantes.

ActionAid

Representante: Adriano Campolina

Ressaltou a importância da diminuição do intervalo de tempo entre os Diálogos e sugeriu uma reunião para tratar dos pontos mencionados nos últimos encontros. Lembrou que a crítica feita na edição passada, sobre o limite do teto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi ouvida. Defendeu que alguns programas do Brasil Sem Miséria devem chegar ao público da reforma agrária. Afirmou que a ActionAid preocupa-se com a qualidade dos serviços de saúde, educação e mobilidade prestados a esse grupo, e questionou se há previsão de revisão do benefício do Bolsa Família. Defendeu a importância da busca da assistência técnica coletiva na área rural e afirmou que avanços no marco regulatório são fundamentais para que se possa ter segurança jurídica.

Temas: PAA, reforma agrária, Bolsa Família, marco regulatório.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea)

Representante: Edélcio Vigna

Afirmou que o Plano traz desenvolvimento produtivo e cobrou maior desagregação dos dados sociais, para que se perceba a desigualdade entre os setores da sociedade. Lembrou que o Consea tem recebido várias delegações internacionais, que vão até eles para conhecer os programas de segurança alimentar e nutricional do governo brasileiro, devido aos avanços obtidos pelo país no combate à fome. Ressaltou que o Consea preocupa-se com a qualidade dos alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos.



sição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também com o encaminhamento dos alimentos do PAA à Política Nacional de Abastecimento. Disse que a educação em tempo integral é muito importante, pois esse modelo educacional leva o governo a repensar as grades disciplinares e o corpo docente do sistema de ensino brasileiro. Reiterou que o governo deve continuar complementando recursos para a instalação de cisternas, pois elas têm uma função educativa e profissional. Finalizou seu comentário afirmando que o Conselho se alinha aos esforços do Brasil Sem Miséria e se coloca como parceiro, nos estados e nos municípios.

Temas: desagregação de dados sociais; PAA, PNAE, Política Nacional de Abastecimento, educação em tempo integral, cisternas.

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

Representante: João Gomes da Silva Neto

Elogiou os resultados do Plano Brasil Sem Miséria e a diversidade de programas que o compõem. Disse que o enfrentamento à extrema pobreza é essencial, pois a fome e a miséria não esperam. Ressaltou que o governo deve continuar investindo na agricultura familiar. Sobre a reforma agrária, afirmou que é preciso avançar para além do formato de distribuição de terra, combatendo as causas da pobreza, trabalhando a inclusão produtiva e transformando as ações em políticas de Estado. Disse que as mulheres são as que mais acessam as políticas do Brasil Sem Miséria e questionou o porquê de os homens não estarem acessando os programas tanto quanto elas. Sugeriu que os dados dos beneficiários do Plano sejam especificados regionalmente, para que sejam identificadas as desigualdades regionais e intrarregionais, melhorando o acesso à renda e à inclusão produtiva nas regiões mais necessitadas.

Temas: enfrentamento à pobreza, inclusão produtiva, agricultura familiar, reforma agrária, desagregação de dados do Brasil Sem Miséria.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Representante: Alexandre Conceição

Disse que um “Brasil Sem Miséria” é um Brasil sem latifúndio. Salientou que a reforma agrária precisa avançar para que se tenha um país sem miséria. Afirmou que 14% da população, principalmente no campo e nas periferias, é analfabeta. Sugeriu que o Brasil Sem Miséria pense um programa que vá além do Ministério da Educação (MEC), para erradicar o analfabetismo num curto espaço de tempo. Afirmou que o PAA tem de ser universalizado, pois possibilita a produção de alimentos saudáveis, o cooperativismo e a agroecologia. Destacou o desempenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em elaborar programas e a capacidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de levar o PAA adiante. Indagou como



o Brasil Sem Miséria pode avançar mais e garantir a demarcação de todas as terras indígenas, com políticas voltadas à cultura desse grupo. Questionou a efetividade do Plano nas comunidades de pescadores e povos da floresta.

Temas: reforma agrária, analfabetismo, PAA, demarcação de indígenas, pescadores, povos da floresta.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Representante: Antonio Ibarra

Parabenizou o Brasil Sem Miséria, enfatizando os resultados do Pronatec. Afirmou que os números do Pronatec desconstruem o argumento de que o Bolsa Família desestimula o trabalho.

Temas: Pronatec; Bolsa Família.

Ação Fome Zero

Representante: Maria Fátima Menezes

Destacou que sempre se espanta com os números do Plano e que procura levar essas informações ao ambiente que frequenta, ressaltando que os resultados são uma revolução silenciosa, pois as pessoas não têm consciência do que está acontecendo. Elas não têm familiaridade com os termos usados no Plano, incluindo Cadastro Único, Busca Ativa, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Sustentável. Disse que tem dificuldade para explicar tudo isso, pois é uma nova maneira de se fazer política pública, são novos conceitos que precisam ser entendidos. Algumas pessoas não sabem como as políticas públicas são implementadas e outras não têm conhecimento de como podem acessá-las. Informou que alguns agricultores têm a percepção de que os programas para a agricultura perderam o impulso, argumentou que falta empenho para o associativismo e que a agricultura individual está sendo priorizada, pelo menos em São Paulo. Demandou que a política para a agricultura tenha continuidade.

Temas: novos conceitos em políticas públicas; agricultura familiar.

Central Única das Favelas (Cufa)

Representante: Francisco José Pereira (Preto Zezé)

Ressaltou a importância de a Ministra Tereza Campello ter apresentado os resultados mais importantes do Plano Brasil Sem Miséria para iniciar o debate. Parabenizou a construção de políticas públicas articuladas. Afirmou que agora empregadas domésticas trabalham com horários decentes, jovens se formam, pobres moram



melhor com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Assinalou a ausência do debate sobre a morte de jovens negros, principalmente nos centros urbanos e sobre a questão das drogas, como o crack. Sugeriu que essa seja uma pauta para as próximas políticas, argumentando que são os filhos do Bolsa Família que estão morrendo e que não tem sido possível chegar a esse público.

Temas: articulação de políticas; juventude, violência e drogas.

Visão Mundial

Representante: Welinton Pereira

Afirmou que tirar 22 milhões de pessoas da extrema pobreza é um resultado importante e indagou qual tem sido o papel da sociedade civil nesse trabalho. Ressaltou que o evento não deve ser somente uma reunião de prestação de contas, mas sim de diálogo, em que se constroem novos objetivos. Lembrou que os dados separados por público são importantes, pois mostram que se tem combatido a pobreza entre os mais vulneráveis. Sugeriu que a participação social seja ampliada nesse processo.

Temas: participação da sociedade civil; novos objetivos da estratégia de combate à pobreza.

Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq)

Representante: Heloísa Oliveira

Parabenizou a iniciativa de promover os Diálogos. Ressaltou a importância das ações relativas a creches no Plano Brasil Sem Miséria, por se tratar de uma dívida social, já que pouco mais de 20% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso a vagas em creches e que muitas mães não têm onde deixar seus filhos enquanto trabalham. Sugeriu que a educação integral seja implementada em áreas de maior vulnerabilidade social, como mecanismo de reduzir o envolvimento dos adolescentes com a violência, dizendo que segundo um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a maioria daqueles que estão no sistema socioeducativo estava fora da escola. Falou sobre a alta incidência de gravidez na adolescência no Brasil, dizendo que a cada cinco mães, uma tem menos de 18 anos. Ressaltou que o único Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que provavelmente não será alcançado até 2015 é referente à mortalidade materna. Fez apelo dirigido para que o Brasil ratifique o terceiro protocolo facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança, que trata dos procedimentos de comunicação, para que crianças e adolescentes possam denunciar violação dos seus direitos. Destacou que o Brasil é signatário da convenção, mas ainda não assinou esse protocolo.

Temas: creches; educação, juventude e violência; gravidez na adolescência; Convenção sobre os Direitos da Criança.



Rede UniTrabalho

Representante: Ronalda Barreto da Silva

Ponderou que vivemos um momento ímpar no que diz respeito à lógica de estabelecimento de políticas no país, e que o desenvolvimento com igualdade não se dá pelo incentivo ao setor empresarial privado. Afirmou que é necessário sistematizar os dados sobre os impactos do Bolsa Família nas economias locais. Com relação à qualificação profissional, disse que de modo geral a oferta de cursos do Pronatec ocorre de acordo com a capacidade das entidades e não com a vocação local, gerando excesso de profissionais em determinadas áreas. Apontou que é fundamental qualificar a população, considerando-se a realidade local. Mencionou a importância da economia solidária na estratégia da superação da miséria. Afirmou que os estados e municípios têm dificuldade para executar as ações sociais, especialmente as de economia solidária. Disse que há grandes limites na execução de projetos sociais do ponto de vista burocrático. Afirmou que é preciso avançar nas políticas para catadores de resíduos sólidos.

Temas: cursos de qualificação vinculados à vocação econômica local; impactos do Bolsa Família; Economia Solidária; catadores de resíduos sólidos.

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Representante: Verônica Ferreira

Considerou um grande avanço a apresentação de dados desagregados, mostrando os impactos sobre as mulheres e sobre a população negra. Afirmou que as mulheres têm sido reconhecidas como sujeito das ações do Brasil Sem Miséria, e não apenas como parceiras com seu trabalho de cuidado com a família, e que esse reconhecimento vem garantido que as condições de pobreza não sejam reproduzidas. Ressaltou que as condições que afetam a população feminina negra são a divisão sexual do trabalho, o trabalho não remunerado e as dívidas dos serviços de creches. Reforçou que a política de creche deve ser destacada para melhorar a condição das mulheres pobres que têm filhos, levando-se em consideração a compatibilidade de horários das creches com a jornada de trabalho das mães, de forma que elas possam ter mais autonomia e condições de conseguir melhores empregos.

Temas: dados desagregados por tipo de público; mulheres negras; mães pobres; creches.

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN)

Representante: Hélio Gonomo

Afirmou que a ação do governo precisa ser fortalecida pela sociedade civil no contexto do Brasil Sem Miséria. Ressaltou que ao mesmo tempo em que há convergên-



cias de uma série de políticas para os mais pobres, é preciso ter um Brasil capaz de produzir e preservar os hábitos e culturas alimentares. Disse que o Estado brasileiro precisa assumir como prioridade a segurança alimentar.

Temas: participação da sociedade civil; segurança alimentar.

Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Representante: Antonio Chaves Barcelos

Destacou a importância de reconhecer a micro e pequena empresa e a ajuda do Programa Microempreendedor Individual (MEI) na inclusão produtiva da população mais pobre. Afirmou que a renda e os empregos que foram gerados por meio do MEI ajudaram o país a não entrar em crise. Disse ainda que esse processo proporciona capacitação de pessoas e ascensão social. Argumentou que as ações do Brasil sem Miséria devem estar presentes principalmente nos municípios onde mais se cobram impostos das micro e pequenas empresas. Solicitou que a Ministra, em suas visitas aos estados, reforce a importância de instituir ações que priorizem o emprego formal, de modo a melhorar a inserção produtiva e a renda do público-alvo do Plano.

Temas: inclusão produtiva; MEI; emprego formal.

Marcha Mundial das Mulheres

Representante: Ester Dantas

Ressaltou que as cisternas são muito importantes no Nordeste e afirmou que as cisternas de polietileno encolhem devido ao calor.

Temas: cisternas de polietileno.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Representante: Joaquim Belo

Afirmou que as políticas existentes são capazes de resolver muitos dos desafios atuais, mas é necessária uma estratégia mais eficaz para alcançar os extrativistas que estão no interior da Amazônia. Disse que o Brasil Sem Miséria tem disponibilizado recursos para a assistência técnica de maneira diferenciada para esse público. Pediu que o MDS identifique melhor o público nos mutirões do Pará e Amazonas.

Temas: extrativistas da Amazônia; Busca Ativa; assistência técnica; mutirões.



União Nacional por Moradia Popular (UNPM)

Representante: Vidal Barbosa

Disse que a UNPM preocupa-se com as pessoas que são beneficiadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, pois elas deixam suas comunidades e vão para outros locais que podem se tornar bolsões de miséria. Sugeriu que seja incluído um item que trate desse público no Brasil Sem Miséria.

Temas: Programa Minha Casa Minha Vida.

União Planetária

Representante: Fernando Gramacino

Disse que o Brasil Sem Miséria contempla todos os brasileiros, mesmo aqueles que não estão em miséria, porque o Plano contribui para um país mais justo. Sugeriu que deve haver uma bolsa capacitação, que dê aos jovens em situação de pobreza uma oportunidade para a capacitação profissional. Disponibilizou os canais de comunicação da União Planetária para divulgar as ações do Plano.

Temas: combate à pobreza; bolsa capacitação profissional.

Evangélicos Pela Justiça (EPJ)

Representante: Coracy Coelho Cavalcante

Mencionou que é necessário que os demandantes de cursos do Pronatec articulem com os territórios, as comunidades e as regiões durante a pactuação de vagas, para fortalecer a economia local. Disse que uma parcela do público prioritário do Pronatec não vai aderir ao Programa com a lógica comercial e formativa como ele é apresentado. Ressaltou que é necessária uma adaptação para alcançar esse público. Disse que há avanços no combate à pobreza e à exclusão, mas ainda é necessário superar a condição subalterna dos usuários do Plano. Sugeriu que se promova um diálogo com os profissionais que estão na ponta: Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), bem como com os usuários.

Temas: Pronatec; cursos adequados à demanda local; diálogo com Creas, Cras e beneficiários.

Pastoral Social do Povo de Rua

Representante: Cristina Bove

Apontou os avanços trazidos pelo Brasil sem Miséria para a inclusão da população de rua nas políticas públicas. Afirmou que o Plano dá oportunidades para esse grupo, mas é necessário que se avance no monitoramento dessa população. Ressaltou que



o serviço de acolhimento é precário e não gera o desejo de superação da situação de rua. Reiterou que é necessário avançar na intersectorialidade e dialogar com outras políticas, como desenvolvimento urbano e fiscalização, bem como com o Programa “Crack, é possível vencer”. Reforçou que políticas estruturantes são necessárias para a população de rua, que precisa ter condições para superar essa situação. Defendeu o diálogo com os setores de habitação e emprego. Afirmou que o número de inscritos no Pronatec PopRua de São Paulo não corresponde a 1% da população em situação de rua do estado, e que o governo precisa ser criativo, elaborando políticas e fortalecendo o empreendedorismo e a Economia Solidária para esse grupo.

Temas: população de rua; serviço de acolhimento; intersectorialidade; habitação; empreendedorismo; Economia Solidária.

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Representante: Daniel Rech

Destacou o papel dos Diálogos na articulação com diversos setores da sociedade civil. Sentiu falta de informações sobre a parceria com os movimentos sociais na apresentação e de reconhecimento do papel efetivo da sociedade civil e do esforço das comunidades na conquista dos resultados do Plano. Demonstrou preocupação com a alfabetização de jovens e adultos que estão fora escola, mencionando a aprovação da Medida Provisória nº 620. Falou sobre as dificuldades de reconhecimento do cooperativismo solidário. Disse que as cooperativas têm dificuldade em realizar operações do PAA, porque não têm apoio, e enfrentam obstáculos para participar das chamadas de Ater. Demonstrou insatisfação com o direcionamento da agricultura familiar para o agronegócio. Falou sobre a necessidade urgente de enfrentar a questão tributária, pois a mudança na legislação é essencial para a superação da desigualdade.

Temas: papel da sociedade civil; alfabetização de jovens e adultos; cooperativismo; PAA; Ater; agricultura familiar; legislação tributária.



COMENTÁRIOS FEITOS POR MINISTRAS E MINISTROS E DEMAIS AUTORIDADES

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

A Ministra Tereza Campello afirmou que o principal conceito organizador do Plano Brasil sem Miséria é o de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, que ultrapassa a questão da renda. Por isso o Plano tem buscado a superação da miséria no Brasil não só do ponto de vista da renda, mas também da inclusão produtiva urbana e rural e do acesso a serviços. Ela lembrou que as diversas ações que compõem o Plano envolvem a parceria com 22 Ministérios, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), numa agenda conjunta com as entidades da sociedade civil.

A Ministra destacou a função dos Diálogos de funcionarem como um instrumento de prestação de contas à sociedade civil e como um espaço para críticas e contribuições ao Brasil Sem Miséria. Segundo ela, esse debate tem ajudado o Plano a progredir. Frisou que a maioria das metas do Plano estão sendo cumpridas e superadas, e que o Brasil Sem Miséria tem avançado tanto do ponto de vista qualitativo quanto do normativo. A Ministra lembrou, ainda, que além dos Diálogos, o Brasil Sem Miséria vem realizando importantes reuniões bilaterais com diversos movimentos, para tratar de questões mais específicas.

Com relação à população cigana, a Ministra ressaltou que é um grupo difícil de ser encontrado, devido às suas especificidades, mas que esse trabalho de busca já está sendo feito. Em seu desenho original, o Cadastro Único não permitia a inclusão desse núcleo devido à falta de endereço fixo, mas esse problema foi superado. Já foram incluídas 1.300 famílias ciganas no Cadastro.

No que se refere a cisternas, a Ministra registrou que as ações do Brasil Sem Miséria no semiárido combinam intervenções emergenciais e políticas estruturantes. Mencionou que houve um avanço qualitativo nessa agenda, que é o novo marco regulatório aprovado junto com o Plano Safra.

Sobre o fato de as mulheres terem prioridade na posse do cartão do Bolsa Família, a Ministra comentou que esse processo empodera as mulheres, pois à medida que elas têm acesso a um benefício monetário, podem partilhar mais decisões. Lembrou que 93% dos responsáveis familiares do Programa, os detentores do cartão, são mulheres e que são elas que mais acessam os equipamentos de assistência social e que mais levam os filhos para a escola e para o posto de saúde.

Quanto à participação de homens e mulheres nas ações do Plano, a Ministra disse que quantidade de vagas no Pronatec é suficiente para o atendimento tanto da de-



manda de homens quanto de mulheres, não havendo disputa. No que diz respeito aos cursos ofertados a adolescentes na Paraíba, afirmou que esses cursos não são do Pronatec, pois é ilegal ofertar qualificação profissional para menores de 16 anos.

Em relação ao incentivo às cooperativas da agricultura familiar, a Ministra lembrou que o limite de venda para quem trabalha em cooperativa e associação é maior do que para quem faz a venda individual.

Sobre a população de rua, a Ministra disse que o Estado tem assumido um papel mais organizado com o serviço público voltado a essa população, que tem necessidades específicas. Concordou que os abrigos de acolhimento que existem no Brasil não são adequados. Afirmou que os recursos para o reordenamento dos abrigos estão sendo ampliados e informou que o governo está trabalhando para construir indicadores e monitorar as políticas públicas voltadas a esse grupo. Ressaltou que a experiência de São Paulo com a qualificação profissional de moradores de rua é um modelo a ser replicado.

Sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, a Ministra informou que o MDS teve uma reunião com alguns movimentos estaduais para montar uma agenda de geração de emprego e renda e para construir uma proposta de economia popular e solidária voltada ao público atendido pelo Programa.

Sobre os Direitos da Criança, afirmou que está sendo montado um protocolo de notificação para a primeira infância nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Com relação a creches, a Ministra disse que a meta do Brasil Sem Miséria é ampliar o número de vagas para que as crianças beneficiárias do Bolsa Família cheguem ao mesmo patamar de acesso a creches das demais crianças. Ela lembrou que o Plano alcançou a meta estabelecida, que era de 380 mil crianças atendidas – chegou-se a 381 mil ainda em 2012.

Em relação ao PAA, a ministra afirmou que o governo trabalha para fortalecer as cooperativas, mas o engajamento não é maior devido à dificuldade em se avançar na legislação da economia popular e solidária.

Sobre a pactuação de vagas do Pronatec, a Ministra reiterou que os municípios devem exigir das unidades ofertantes cursos adequados à realidade local e às demandas dos trabalhadores.



MINISTRA CHEFE DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

A Ministra Luiza Bairros afirmou que o Brasil Sem Miséria tem como base uma política universal para tratar a superação da pobreza. Disse que com o recorte dos públicos será possível desenhar políticas específicas para cada grupo, frisando que a falta de desagregação de dados por público era um fator determinante para a resiliência da pobreza da população negra.

Ela ressaltou que o fim da miséria é algo que transcende a ação governamental, dependendo também da expectativa que as pessoas têm de que as oportunidades estejam efetivamente disponíveis. Afirmou, ainda, que o MDS desenvolveu um trabalho meticuloso nesse sentido, com os mutirões quilombolas.

A Ministra lembrou que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e alguns ministérios têm realizado um trabalho com lideranças ciganas de todo o Brasil, o que resultou no Brasil Cigano, um conjunto de ações integradas que está à disposição dessa população, a partir de programas já existentes no Governo Federal. Ela disse que o trabalho do governo com essa população envolve um processo muito intenso de diálogo, de modo a perceber nuances sobre o limite de “entrada” que se tem nessas comunidades.

Por fim, a Ministra reiterou que o acesso às políticas públicas gera vários efeitos nas comunidades, e que o principal deles é o fortalecimento de atores políticos.

MINISTRO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SG/ PR)

O Ministro Gilberto Carvalho enfatizou a importância da presença de todos no evento, que é uma forma de o governo ouvir a sociedade. Ele afirmou que a fiscalização e o acompanhamento das ações que compõem o Brasil Sem Miséria são importantes, pois a voz das entidades, no sentido de dar informação e propor ações, é essencial. Enfatizou que o Plano se fortaleceu com essa troca e tem apresentado resultados importantes. E destacou que a construção da democracia é um aprendizado que envolve governo e sociedade, a partir da escuta e do debate, através da polêmica.

Ele falou sobre a relevância que o tema de combate à pobreza ganhou e sobre importância de que o Estado cumpra o seu papel, com a potência que tem, direcionando recursos públicos para essa agenda.

Reconheceu que é difícil avançar na questão do cooperativismo solidário devido à maneira como a máquina pública está configurada, mas disse que o governo



está se empenhando para dar apoio às cooperativas. Reiterou que há dificuldades relativas à legislação, pois não se pode obrigar a pequena cooperativa a se filiar ao modelo empresarial.

Em relação à agricultura familiar, lembrou que foram lançados o Terra Forte, Programa que libera dinheiro para as cooperativas, e o Cata Forte, que consiste em fomento para cooperativas de catadores. Disse, ainda, que o objetivo agora é lançar o Eco Forte, Programa de agroecologia que visa a estimular a produção de orgânicos e agroecológicos.

O Ministro falou sobre o grande desafio da alfabetização no campo, destacando a necessidade de conversar com os movimentos para avançar nesse tema.

Quanto ao marco regulatório das organizações da sociedade civil, o Ministro registrou que o governo estava buscando um ambiente regulatório que proporcionasse segurança e rigor para a atuação dessas entidades.

SECRETÁRIO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

O Secretário Laudemir Muller destacou que a articulação de ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem permitindo que os programas cheguem simultaneamente aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. Ele reconheceu a importância da participação social na construção das políticas.

Afirmou que a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é muito importante para a agricultura familiar, pois não se trata apenas de capacitação técnica, mas também da realização dos sonhos de muitas famílias. Lembrou a importância de as equipes de Ater terem mulheres em sua composição. Registrou que já são mais de dois mil técnicos formados, para o atendimento de aproximadamente 259 mil famílias.

Falou sobre a preocupação com a situação do semiárido e a importância de estabelecer ações emergenciais, bem como políticas de convivência com a seca. Afirmou que existe um conjunto de ações para esse fim, como o Garantia Safra, que já atendeu 1,2 milhões de famílias. Destacou a importância do fomento e do microcrédito para melhorar a estrutura produtiva.

Segundo o Secretário, a agricultura familiar é fundamental, não só do ponto de vista sindical, mas também sob a ótica da organização econômica das cooperativas. Ele disse que em uma reunião recente entre o MDA e a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) foram discutidas a tributação do ato cooperativo, a gestão de Ater e a parceria entre MDA e Unicafes, com o objetivo principal de facilitar o acesso às compras públicas pelas cooperativas.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Secadi/MEC)

A Secretária Macaé dos Santos afirmou que a ampliação e a universalização da educação infantil são pontos fundamentais para o Ministério da Educação (MEC). Ressaltou que o Ministério está lutando para aprovar o Plano Nacional de Educação, que estabelece metas importantes no que diz respeito ao atendimento na educação infantil, à ampliação e à universalização do ensino médio, bem como à garantia da educação integral, e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ressaltou que foi criado um grupo de trabalho para discutir a educação no campo. Esse grupo de trabalho conta com a participação de diversos ministérios e movimentos sociais que têm pensado dinâmicas diferenciadas para o atendimento dessa população. Ela lembrou que um dos objetivos do MEC é fortalecer as escolas do campo, e que nos últimos dois anos o Mais Educação foi levado a 21 mil escolas rurais.

A Secretária disse que o Ministério tem trabalhado com o conceito de que a escola é a porta de entrada para outras políticas públicas, pois muitas vezes ela é a única ação do governo na localidade, e por isso deve ser fortalecida.

Ela informou que o MEC tem cobrado dos estados e municípios a ampliação da educação para pessoas em situação prisional. E ressaltou que todos os desafios colocados requerem a participação dos movimentos sociais.

PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

O Presidente do Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, afirmou que em 2013 houve três vezes mais famílias assentadas em relação a 2012, e foram identificados 2,5 milhões de hectares que serão trabalhados visando à reforma agrária.

Informou que o Incra está trabalhando com o conceito não só de acesso à terra, mas também a um conjunto de políticas públicas. Ressaltou que a experiência com o Brasil Sem Miséria, por meio da inclusão produtiva para a reforma agrária, está atendendo a esse objetivo.

Lembrou que mais de 300 milhões, dentre os 800 milhões de hectares do país, já estão destinados às terras indígenas, às unidades de conservação de uso sustentável, à reforma agrária e às comunidades quilombolas.



Destacou que grande parte dos imóveis encaminhados para a reforma agrária estão com processos parados no Judiciário. São 247 imóveis que poderiam atender 20 mil famílias, 114 deles parados na Justiça há mais de cinco anos.

O Presidente falou sobre a importância da ação coordenada dos órgãos fundiários brasileiros, como Incra, SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), para garantia da perspectiva dos direitos territoriais e patrimoniais das populações. E também a importância da integração das políticas públicas, por meio do Brasil Sem Miséria, para a reforma agrária.

Informou que o Incra tomou conhecimento de uma chamada técnica no estado do Maranhão e que, na opinião da Unicafe, o que estava sendo exigido dentro do processo de habilitação das prestadoras inviabilizaria a participação das cooperativas. A presidência do Incra suspendeu a chamada e pediu a modificação desses itens, esclarecendo que um parecer do Incra do estado do Maranhão exigia a entrada desses quesitos. A Procuradoria Nacional do Incra interveio para pronta resolução desse caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA MINISTRA TEREZA CAMPELLO

No encerramento dos trabalhos, a Ministra afirmou que um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é ouvir o público-alvo do Plano – os mais pobres – e aprimorar o diálogo com os movimentos sociais.



Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

